

Secretaria Nacional de Atração de Investimentos, Parcerias e Concessões - SNAIC – Exercício 2022

Quem somos?

A Secretaria Nacional de Atração de Investimentos, Parcerias e Concessões (SNAIC) foi criada por meio do [Decreto nº 10.539, de 20 de maio de 2020](#), com o objetivo de atrair investimentos privados para o setor de turismo, por meio da melhoria do ambiente de negócios com foco na segurança jurídica e na otimização das iniciativas público-privadas, envolvendo concessões e autorizações, acesso ao crédito, melhoria da mobilidade e da conectividade turística do país, além da função de integrar o planejamento, o ordenamento e a gestão territorial do setor às estratégias de atração de investimentos.

Dentre as principais atribuições da SNAIC, destacam-se:

- identificar entraves no ambiente de negócios do turismo e propor estratégias e instrumentos, a fim de divulgar o Brasil como destino turístico e de negócios, além de facilitar a atração de investimentos privados nacionais e estrangeiros para a cadeia de turismo;
- proporcionar e estimular o acesso ao crédito a empreendedores públicos e privados, visando à melhoria da estrutura e dos serviços em áreas turísticas estratégicas;
- definir diretrizes, critérios e parâmetros para o mapeamento da atividade turística real nas regiões, rotas e áreas turísticas estratégicas;

- identificar parcerias e concessões para aproveitamento turístico de ativos naturais e culturais, bem como incrementar a oferta turística de seus entornos; e
- contribuir com a melhoria da mobilidade e conectividade turística no Brasil.

Nossa atuação em 2022

A SNAIC trabalha em prol do Programa 2223 do Plano Plurianual-PPA: “Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável do turismo brasileiro”, almejando alcançar a meta “Restabelecer os empregos formais no setor de turismo ao nível pré-pandemia”.

Atração de Investimentos Privados para o Setor Turístico

O Ministério do Turismo (MTur), por meio desta Secretaria Nacional, vem trabalhando no sentido de mapear as oportunidades de investimento e de estreitar laços com instituições e redes de investidores, desenvolvedores e operadores do setor.

O [Portal de Investimentos em Turismo](#) é uma ferramenta valiosa para a execução desses processos, bem como para atuar de forma transparente na divulgação de oportunidades de investimentos em projetos turísticos públicos e privados.

A partir do terceiro trimestre de 2022, houve uma qualificação da análise das propostas. Na imagem abaixo, apresenta-se o total de projetos ativos no Portal, já somados os resultados dos meses de janeiro a dezembro de 2022:

Imagem 1 – Projetos no Portal de Investimentos de Turismo.



Fonte: Portal de Investimentos – Ministério do Turismo, dez/2022.

Aproveitando a retomada dos eventos do *trade* turístico e do setor de investimentos, planejou-se uma atuação da área durante o ano de 2022 no estreitamento do relacionamento com os diversos atores do setor. É possível confirmar esse estreitamento com o aumento do número de investidores cadastrados no [Portal de Investimentos](https://investimento.turismo.gov.br) e pelas redes sociais (Linkedin)

Em março de 2022, o MTur participou do MIPIM, *Le Marché International des Professionnels de L'immobilier* – 2022, evento voltado para investimentos no setor imobiliário e turístico, no qual foram investidos R\$ 165.525,00 (cento e sessenta e cinco mil, quinhentos e vinte e cinco reais) e do Sindepat Summit¹, onde foi apresentado o Portal de Investimentos e demais ações com foco no ambiente de negócios, aos empresários do segmento de Parques Temáticos e Atrações Turísticas, para o qual não houve investimento aportado, apenas diárias e passagens, além de participar de rodadas de negócio com potenciais investidores.

Em abril de 2022, o MTur participou da WTM Latin América, para a qual houve dispêndio de recurso apenas com diárias e passagens e, na ocasião, foi apresentado o Programa de Atração de Investimentos aos secretários da Associação Nacional de Secretários e Dirigentes de Turismo - Anseditur. Já em junho, dois eventos tiveram a participação do órgão com foco na

¹ Sindepat Sistema Integrado de Parques e Atrações Turísticas. O SINDEPAT Summit é um evento da indústria de parques, atrações e entretenimento do Brasil. Tem o objetivo de proporcionar networking, promover palestras e painéis com cases e tendências, além de apresentações dos expositores (showcases) de seus produtos,

serviços e novas tecnologias para parques temáticos, aquáticos, atrações turísticas e centros de entretenimento familiar.

atração de investimentos: o Brasil Investment Forum 2022 - BIF, organizado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - Apex-Brasil, em parceria com o Banco Interamericano Desenvolvimento - BID e o Governo Federal, voltado para atração de investimentos para o Brasil, e a Expotel, uma feira internacional para hotelaria. Em ambos os eventos, foram apresentados os projetos do Portal de Investimentos em Turismo e ações para a melhoria do ambiente de negócios. Através da SNAIC, foi confirmada também a adesão do MTur à Rede Latino-Americana para Atração de Investimentos em Turismo, que ainda conta com a participação do Peru, México, Colômbia, Argentina, Equador e Chile. A Rede Latino-Americana de Governos para Atração de Investimentos em Turismo trabalha em mecanismos que melhorem o conhecimento e as ferramentas de investimentos e que aumentem o posicionamento dos países como destino para investimentos em turismo.

Em 30 de agosto de 2022, o MTur participou da 17ª edição do ADIT *Invest* que é o principal fórum do País sobre *funding* e investimentos imobiliários. O evento é conhecido por apresentar soluções de captação de recursos para desenvolvimento de projetos no setor imobiliário que gera conexão entre o mercado de capitais às pequenas e médias empresas.

O Ministério do Turismo, por meio da Secretaria Nacional de Atração de Investimentos, participou, entre os dias 8 e 9 de novembro, em Londres, Reino Unido, da ITIC - *International*

Tourism & Investment Conference. O evento é paralelo à WTM Londres e focado em atração de investimentos para o Setor de Turismo. Na oportunidade, o MTur participou de 2 painéis, a saber: *Changes in customers' behaviour, how are they affecting the a profitability ratio used to evaluate the gain or loss generated on an investment of hotels and tourism attractions?* (Mudanças no comportamento dos clientes, como estão afetando o índice de rentabilidade usado para avaliar o ganho ou perda gerado em um investimento em hotéis e atrações turísticas?) e *Achieving success in sustainable destinations. How are investors sharpening their environmental, social and governance strategies to optimize their return on investment?* (Alcançar o sucesso em destinos sustentáveis. Como os investidores estão aprimorando suas estratégias ambientais, sociais e de governança para otimizar o retorno sobre o investimento?). Também houve a apresentação de projetos aptos a receberem investimentos, como os ativos naturais e culturais em fase de concessão e também projetos privados constantes no [Portal de Investimentos](#). Para o evento, foram investidos R\$ 144.981,61 (cento e quarenta e quatro mil, novecentos e oitenta e um reais e sessenta e um centavos).

A primeira edição do IMOBTUR, promovido pela ADIT Brasil- Associação de Desenvolvimento Imobiliário e Turístico do Brasil, ocorreu em 29 de novembro de 2022 em SP e alocou recursos apenas com diárias e passagens. O evento de grande debate sobre as transformações que o setor de hospitalidade tem passado nos últimos anos, reuniu grandes *players* desse Mercado, que levaram ao palco discussões sobre: *Shor-term*

rental (aluguel de curta temporada) e meios alternativos de hospedagem, hotéis de luxo, resorts, hotéis de negócios, *senior living*, *student housing*, *hotels*, e hotéis *lifestyle*. O MTur, juntamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) esteve presente para contato com investidores e desenvolvedores, apresentando oportunidades de investimentos públicos como o projeto do Revive e também projetos privados.

As ações e eventos buscam cumprir a iniciativa “Promover e facilitar a atração de investimentos e a oferta de linhas de crédito para o turismo” delimitada pelo Plano Nacional de Turismo – PNT e reforçado no Planejamento Estratégico Institucional do MTur - PEI no objetivo estratégico “Fomentar investimentos e estimular novos negócios”

Crédito para o setor do turismo

Regulamentado pela Portaria/MTur nº 666, de 25 de setembro de 2020 e suas alterações, na qual aprova as normas gerais e os critérios de aplicação dos recursos do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR em operações de financiamento, constitui-se de mecanismo de crédito essencial ao fomento turístico.

Além de promover o desenvolvimento e expansão turística, foi salvaguarda do setor empresarial e empresários individuais durante o estado pandêmico.

Os recursos são de exclusividade do trade turístico, a verificação se dá por meio do registro no Cadastro de Prestadores de

Serviços Turísticos – CADASTUR, cujos requisitos são comprovados no cadastro ao programa. Os interessados podem realizar o cadastro por meio do site www.cadastur.turismo.gov.br

De posse do certificado do CADASTUR, com status “regular” ou “em implantação”, o empresário estará habilitado, pelo Ministério do Turismo, a solicitar crédito do FUNGETUR a um agente financeiro credenciado.

Os dados sobre a execução do Fundo são constantemente atualizados e podem ser consultados na seção Transparência na página www.gov.br/fungetur.

O Fungetur possui, atualmente, 21 agentes financeiros credenciados, aptos a operacionalizar os recursos do Fundo. Por meio desse processo, avança-se na consolidação da abrangência nacional do Fundo Geral de Turismo, visando a manutenção e o incremento de novas instituições financeiras oficiais que ofertem o crédito do Fungetur, por conseguinte, dando maior capilaridade de forma a alavancar investimentos e ofertas de serviços turísticos.

O Fungetur atende todas as regiões brasileiras, por meio das seguintes Instituições:





Taxas e Prazos

Tendo em vista que os recursos do Fungetur se constituem de mais um produto de esteira bancária, o MTur promove alterações de acordo com a realidade de mercado, dentre os limites normativos, para atender aos empresários do setor.

Para 2022, estavam previstos R\$ 472.822.908,00 milhões do orçamento geral da União para repasse aos agentes financeiros credenciados do Fungetur e que foram integralmente repassados.

A última alteração foi realizada por meio da Portaria MTur nº 51, de 8 de novembro de 2022. Entre as principais mudanças está a substituição da taxa Selic pelo INPC, de forma a manter a alíquota a 5% a.a.

Outra novidade foi a criação de um critério diferenciado para as macrorregiões Norte e Nordeste, onde os impactos no turismo

por conta da pandemia de Covid-19 foram maiores e os indicadores econômicos apresentam diferenças em relações as demais regiões. Agora os empresários dessas localidades que solicitarem financiamento contarão com amortização de até 78 meses e carência de até 24 meses.

A portaria também reduziu os valores passíveis de financiamento em todas as modalidades, possibilitando assim que mais micro e pequenos empresários acessem a linha de crédito. No caso de obras civis para implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos turísticos, e capital de giro associado, o valor passível de financiamento passou de R\$ 50 milhões para R\$ 15 milhões. Em relação aos bens destinados a empreendimentos turísticos e capital de giro associado houve uma redução de R\$ 30 milhões para R\$ 10 milhões, mesma redução observada no caso de capital de giro destinado a empreendimentos turísticos.

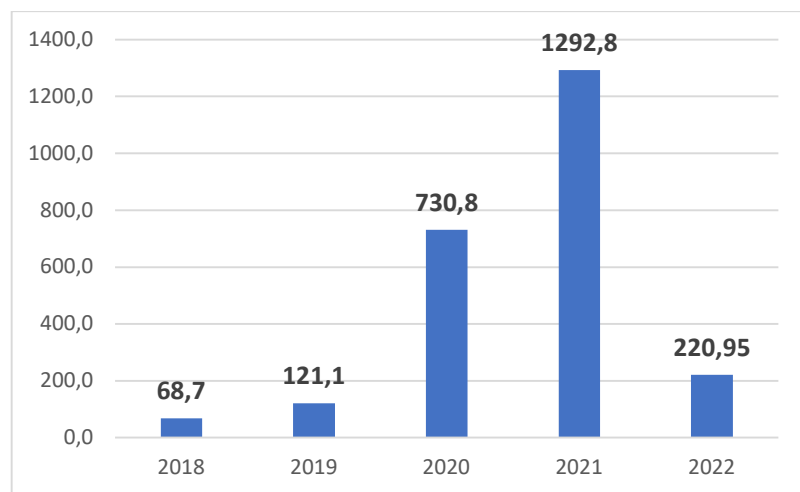
Estão previstas, ainda, a revogação dos incisos que permitem o financiamento nas regras do Pronampe, a inclusão de dispositivos que versem sobre a extinção do contrato e mais previsibilidade e segurança jurídica às relações contratuais firmadas no âmbito do Fungetur, bem como a inclusão de dispositivo fixando sanções aos agentes financeiros em caráter preventivo, educativo e repressivo.

Recursos do Fungetur contratados

Considerando os relatórios mensais de operações contratadas em 2022, os agentes financeiros celebraram 377 financiamentos que somam R\$ 220,95 milhões. O relatório completo das contratações com recursos do Fungetur está disponível na seção Transparência da página www.gov.br/fungetur.

No gráfico 1, pode-se visualizar o montante contratado com recursos do Fungetur desde o ano de 2018.

Gráfico 1 - Recursos do Fungetur contratados por ano (valores em R\$ milhões).

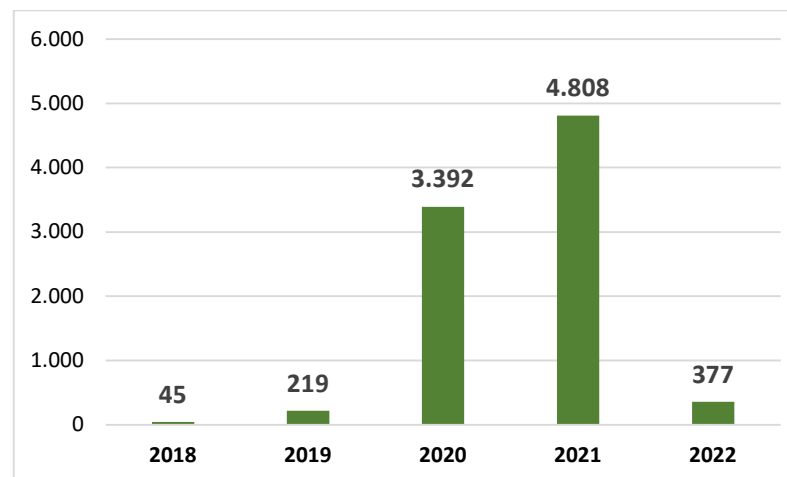


Fonte: Relatórios mensais de operações contratadas pelos agentes financeiros do Fungetur/CGCRED/Mtur – atualizado até dez/2022.

Ao comparar o valor total de 2022, percebe-se que em valores absolutos, o volume de recursos contratados em 2022 já supera

o total contratado em todo o ano de 2018 e 2019, evidenciando um aumento significativo na concessão do crédito ofertado pelo Fungetur.

Gráfico 2 - Número de operações do Fungetur contratadas por ano (quantidade).



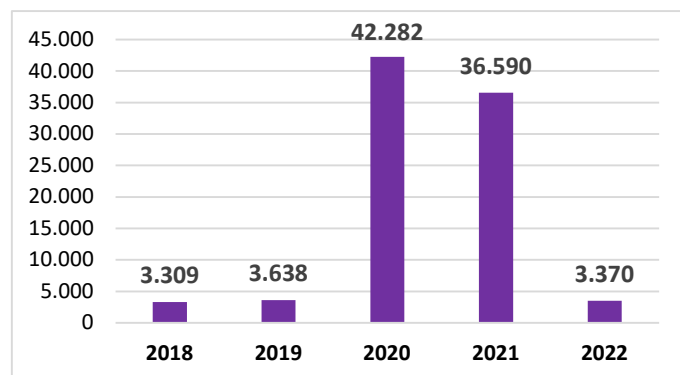
Fonte: Relatórios mensais de operações contratadas pelos agentes financeiros do Fungetur/CGCRED/MTur. De 2018 à 2022 foram celebrados 8.841 financiamentos com recursos do Fungetur. atualizado até dez/2022.

No caso dos financiamentos realizados com recursos do FUNGETUR o agente financeiro assume 100% dos riscos de inadimplimento. O acesso a estes recursos acompanhou a redução no número de contratos realizados identificadas em todas as outras linhas de crédito oferecidas em igualdade de condições do mercado.

Quanto à finalidade do financiamento contratado, do total de 377 contratos, 354 foram exclusivamente para capital de giro, 93,9% dos contratos. O nível de operações financiadas para capital de giro indica que o setor turístico tem, além da necessidade de investimento em melhoria das suas infraestruturas e no aumento e melhoria dos seus bens de capital, grande necessidade de crédito a fim de atendimento a necessidades de caixa. Condição esta que tem influência direta na saúde financeira das empresas do setor turístico e auxilia na manutenção de empregos e de renda de milhares de brasileiros que ainda lutam contra os efeitos deletérios impostos ao mercado nacional pela pandemia do COVID-19.

No gráfico 3, apresenta-se um comparativo do número de empregos gerados/mantidos de 2018 até outubro de 2022.

Gráfico 3 – Número de empregos gerados/mantidos por ano (quantidade).



Fonte: Relatórios mensais de operações contratadas pelos agentes financeiros do Fungetur/CGCRED/MTur – atualizado até dez/2022.

No que se refere ao número de empregos por meio do financiamento de projetos com recursos do Fungetur, estima-se que este ano foram gerados ou mantidos 3370 postos de trabalho.

As ações do Fungetur têm aderência ao objetivo “Consolidação do turismo e a cultura como eixos estratégicos de desenvolvimento social e econômico”.

Gestão de Atrativos Naturais e Culturais

Em continuidade às ações referentes aos editais para seleção e contratação de consultoria especializada para a realização de estudos técnicos, no âmbito do [Projeto de Cooperação Técnica Internacional MTur/Unesco Brasil nº 914BRZ4024](#), que tem como objetivo subsidiar potenciais parcerias com a iniciativa privada, visando à exploração de atividades de visitação turística em parques naturais, informa-se que, em janeiro de 2022, houve a entrega dos Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães/MT, contrato realizado com a Empresa Vallya, no valor de R\$ 502.993,00.

Para a entrega dos EVTE ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) dos 04 Parques Nacionais, sendo os de 3 parques concluídos em 2021 (Serra da Bodoquena/MS, dos Lençóis Maranhenses/MA e de Jericoacoara/CE) e 1 concluído em 2022 (Chapada dos Guimarães/MT), foi realizada uma “Cerimônia de

Entrega dos Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica”, em 24 de março de 2022, no Ministério do Turismo, com a participação, além de representantes do MMA e do ICMBio, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos - SEPPI, do Ministério da Economia – ME, e dos referidos Parques Nacionais.

Após as entregas dos estudos, por meio de Acordo de Cooperação Técnica, o ICMBio e o BNDES deram continuidade ao processo de concessão dos Parques Nacionais de Jericoacoara/CE e Chapada dos Guimarães/MT (elaboração da minuta do edital e consulta e audiência pública) com acompanhamento técnico do Ministério do Turismo e do Ministério da Economia. Em setembro, o Tribunal de Contas da União (TCU) anuiu ao Governo Federal, por meio do ICMBio, a continuidade, com alguns ajustes, o processo de concessão de serviços de apoio ao uso público do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães/MT. Em outubro de 2022, foi lançado o [Edital para Concessão](#) desse parque. O Leilão foi realizado em 22 de dezembro de 2022, em São Paulo/SP, tendo como vencedora a empresa Parques Fundos de Investimentos em Participações e Infraestrutura, representada pela Fram Capital, que arrematou por R\$ 1.009.132,27 de outorga fixa.

Ainda na ação de gestão de atrativos naturais, o Ministério do Turismo, está trabalhando na Elaboração e Publicação de Dados Geoespaciais Costeiros e Marinhos sobre o Turismo. O Estado Brasileiro assumiu o compromisso internacional, junto à

Organização das Nações Unidas – ONU, de implementar o Planejamento Espacial Marinho – PEM até 2030. O PEM é um dos programas da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI), criada em 1960, e que é secretariada pela Unesco. Trata-se de um processo sistemático de planejamento pelo qual a distribuição espacial e temporal de atividades humanas em áreas marinhas são analisadas. A partir destas análises, são propostas alternativas de alocações e incentivada sua implantação na forma de políticas públicas e de gestão. O objetivo final é o de promover a sustentabilidade ecológica, econômica e social das atividades humanas no ambiente marinho. Por meio do PEM, busca-se reduzir conflitos, organizar e agilizar processos de licenciamento ambiental e planejar adaptações às mudanças climáticas.

Coube à Marinha do Brasil, por meio da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – SECIRM, viabilizar, apoiar e acompanhar estudos técnicos voltados à implementação do PEM na região definida como Amazônia Azul. Para tanto, a estruturação do PEM requer a utilização dos dados e metadados marinhos oficiais dos órgãos do Governo Federal carregados na [Infraestrutura Nacional de Dados de Dados Espaciais - INDE](#), instituída pelo [Decreto Nº 6.666, de 27 de novembro de 2008](#), e disponibilizados no [Portal Sistema de Informações Geográficas do Brasil – SIG Brasil](#). Destarte, para suprir a INDE com dados marinhos e com os descritores relacionados aos usos e atividades humanas, no que se refere à atividade turística, é necessário a elaboração e publicação de dados geoespaciais costeiros e marinhos sobre o turismo.

Dessa forma, encontra-se em execução o Termo de Execução Descentralizada - [TED nº 001/2022](#), celebrado em 18 de agosto de 2022, com a Universidade Federal do Rio Grande – FURG, com o objetivo de “Disponibilizar, na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE, uma base de dados geoespaciais costeiros e marinhos da Região Sul do Brasil, com descritores específicos para Turismo. A delimitação espacial utilizada será: limites da Orla Marítima, definidos no [Decreto 5.300, de 07 de dezembro de 2004](#) (200m continente adentro) até os limites da Amazônia Azul”, no valor de R\$ 440.069,20 (quatrocentos e quarenta mil, sessenta e nove reais e vinte centavos).

E, a fim de contribuir com o compromisso internacional assumido pelo país durante a Conferência da ONU para os Oceanos, em 2017, e o compromisso voluntário de implantar o PEM até 2030, o Ministério do Turismo propôs a continuidade da disponibilização na INDE da base de dados geoespaciais costeiros e marinhos e que será realizado gradualmente por toda a costa brasileira. Em 20/12/2022, iniciamos a segunda região por meio da realização do [TED nº 002/2022](#), também com a FURG, tendo como objetivo “Disponibilizar na INDE uma base de dados geoespaciais costeiros e marinhos da Região Sudeste do Brasil, com descritores específicos para Turismo. A delimitação espacial utilizada será: limites da Orla Marítima definida no [Decreto 5.300/04](#) (200m continente adentro) até os limites da Amazônia Azul”, no valor de R\$ 900.276,00 (novecentos mil, duzentos e setenta e seis reais).

No âmbito da Gestão de Atrativos Culturais, encontra-se em trâmite a minuta de Decreto Presidencial que institui o Programa REVIVE Brasil, que possui como objetivo a preservação, a valorização e a recuperação do patrimônio cultural.

Paralelamente à instituição do Programa, o BNDES está realizando os estudos de viabilidade técnica e econômica de cinco ativos piloto selecionados pelo Programa de Parcerias de Investimentos – PPI (Forte Orange, em Ilha de Itamaracá – PE; Fortaleza de Santa Catarina, em Cabedelo – PB; Fazenda Pau D’Alho, em São José do Barreiro – SP; Antiga Estação Ferroviária de Diamantina, em Diamantina – MG; e Palacete Carvalho Motta, em Fortaleza – CE), por meio de consultoria contratada e acompanhamento técnico do Ministério do Turismo. A previsão é que até o final de 2023 sejam concluídos os cinco estudos.

Acervo Brasil para Brasileiros

O Termo de Execução Descentralizada nº 005/2020 foi firmado entre o MTur e a UFJF/MG, no valor de R\$ 399.726,00, para a realização de pesquisas, análises, composição e planejamento de um acervo digital, com informações, imagens, áudios, vídeos e outros de domínio público ou de uso cedido, referentes a símbolos nacionais e personalidades regionais e nacionais das cinco regiões brasileiras, de referência na constituição histórico-cultural do Brasil, com possibilidade de concessão do uso de tal acervo a parceiros privados.

As metas foram concluídas em dezembro de 2022. A área técnica aguarda a versão revisada do produto, bem como o relatório de cumprimento do objeto.

A formatação do referido acervo encontra-se em consonância com os objetivos “Estruturar e diversificar o Turismo no Brasil” por meio do estímulo ao turismo cívico e a valorização da cultura e da diversidade das cinco macrorregiões do Brasil; e “Fortalecer investimentos e estimular novos negócios” tendo em vista a possibilidade de concessão a parceiros privados.

Tem aderência aos objetivos: “Fomentar o turismo em natureza”; “Fomentar investimentos e novos negócios”; e “Consolidação do turismo e a cultura como eixos estratégicos de desenvolvimento social e econômico”.

Mobilidade e Conectividade

A área de mobilidade trabalhou com vistas a proporcionar um ambiente capaz de gerar o aumento dos investimentos no setor de mobilidade e transportes, além de qualificar as infraestruturas já existentes. Para isso, em parceria com o Laboratório de Transportes e Logística, da Universidade Federal de Santa Catarina (Labtrans/UFSC), foram propostas diretrizes para o estabelecimento de políticas públicas integradas para a mobilidade e conectividade turística, que serviram de base para a elaboração do [Plano Diretor de Mobilidade e Conectividade Turística](#), entregue no quarto trimestre de 2022.

Adicionalmente, no dia 17 de março de 2022, foi realizado o [Seminário Nacional de Mobilidade e Conectividade Turística](#), no qual foi apresentado para diversos gestores municipais, representantes de associações de municípios, autoridades governamentais do Poder Executivo Federal e especialistas, o diagnóstico de infraestrutura de transporte das [30 Rotas Turísticas Estratégicas do Programa Investe Turismo](#), podendo ser conferido por meio dos produtos de 1 a 5, disponibilizados na página do Ministério do Turismo. O seminário contou também com um debate, importante para iniciar uma mobilização de municípios em torno de uma audiência pública que se pretende realizar com o intuito de obter subsídios para a elaboração do mencionado Plano Diretor de Mobilidade e Conectividade Turística. Todas as iniciativas apresentadas no Fórum MOBTur podem ser acessadas pelo link <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/forum-mob-tur/iniciativas>

O Plano Diretor de Mobilidade e Conectividade Turísticas (PDMCT) visa estabelecer critérios para priorização e orientação das ações de impacto no setor da mobilidade e da conectividade turísticas, por meio de estabelecimento de objetivos, diretrizes e estratégias comuns, de forma a proporcionar o fomento e expansão do turismo brasileiro.

O PDMCT é produto dos estudos realizados até então na referida cooperação e culmina em uma política pública que considera propostas de projetos intermodais e integrados de passageiros, com foco no turismo, além de diretrizes

tecnológicas para sistemas de informação ao usuário de apoio ao transporte turístico, e levantamento de fontes de recursos para os investimentos, conteúdos tratados ao decorrer do projeto.

Importante ressaltar que para garantir o processo participativo e a sinergia de esforços com a equipe técnica, o PDMCT contou com duas etapas colaborativas:

1. Mesa de especialistas, visando uma discussão com especialistas dos setores de turismo, transportes, mobilidade urbana e correlatos, sendo eles autoridades, técnicos e acadêmicos, de uma versão prévia do Plano Diretor.
2. Consulta pública, disponibilizada por meio da plataforma governamental [Participa+Brasil](#) com a finalidade de enfatizar a colaboração e participação da sociedade civil como um todo na elaboração da política pública em desenvolvimento.

Todos os produtos gerados no âmbito da referida cooperação podem ser encontrados na página do [Fórum de Mobilidade e Conectividade Turística](#).

Em dezembro de 2021, foi firmado o Termo de Execução Descentralizada - [TED nº 003/2021](#), no valor de R\$ 2.780.300,00 (dois milhões, setecentos e oitenta mil e trezentos reais) também com a LabTrans/UFSC, visando à elaboração de estudos e projetos voltados à melhoria da infraestrutura do turismo náutico no Brasil, por meio de diagnóstico da atual situação da

infraestrutura de apoio náutico, evidenciando potencialidades turísticas e necessidade de investimentos.

O [primeiro produto](#) da parceria, entregue em março de 2022, contempla o relatório diagnóstico do setor de turismo náutico no país. O documento apresenta uma visão geral do turismo náutico no Brasil, organizando e caracterizando os seus diversos segmentos, bem como associa com o Mapa do Turismo o potencial de desenvolvimento de atividades náuticas relacionadas ao turismo. Adicionalmente, este relatório traz a identificação dos principais agentes públicos envolvidos e uma avaliação inicial da infraestrutura de apoio ao turismo náutico.

Ademais, foi realizado *benchmarking* nacional e internacional, em que foram identificadas as melhores práticas acerca da categorização das infraestruturas de apoio náutico em três países (Croácia, Estados Unidos e Espanha) e dos aspectos técnicos envolvidos.

Foi objeto de trabalho, ainda, a criação de projetos conceituais de infraestruturas de apoio náutico, os quais serão de grande relevância no desenvolvimento do turismo náutico brasileiro, contribuindo como fonte de pesquisas, debates e orientações no desenvolvimento do turismo. Fruto desse trabalho foi o [Relatório Técnico](#) contendo a descrição e os desenhos relativos ao projeto conceitual das principais tipologias.

Tem aderência ao objetivo “Fomentar investimentos e novos negócios”.

Fórum de Mobilidade e Conectividade

No final de dezembro de 2021, os Grupos Técnicos (GT) de Turismo pelas Águas e do Trem Turístico Belo Horizonte – Brumadinho/MG, ambos criados pelo Fórum de Mobilidade e Conectividade Turística, foram encerrados, sendo seus relatórios publicados no endereço <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/forum-mob-tur/grupos-tecnicos>.

Nesse sentido, após estudo e avaliação multidisciplinar, considerando características técnicas, econômicas, turísticas e sociais da região, o GT do Trem Turístico Belo Horizonte – Brumadinho/MG, apesar de reconhecer a importância turística existente entre as cidades mineiras, avaliou que, no momento, não há viabilidade para a implementação do trem turístico no trecho, uma vez que os estudos realizados demonstraram que, atualmente, o trecho não é capaz de viabilizar linhas turísticas e/ou de passageiros e que uma possível duplicação da via férrea implicaria na necessidade de investimentos na ordem de 1 (um) bilhão de reais, inviabilizando, no momento, a alternativa. Por outro lado, apesar de o GT originalmente ter focado na ligação entre as citadas cidades, houve grande repercussão em diversas entidades interessadas na implantação de trens turísticos em todas as regiões do Brasil. Assim, ampliou-se o escopo de trabalho do GT.

Como legado, o referido GT: i) relacionou diversos trechos ferroviários com interesse para implantação de trens turísticos;

ii) registrou tendências para trens turísticos no Brasil; iii) avaliou, de forma geral, a situação de trechos ferroviários ociosos e com potencial para implantação de trens turísticos; iv) fez considerações sobre a antecipação da renovação de contratos de concessão e a perspectiva de devolução de trechos ferroviários; v) registrou perspectivas com o novo marco regulatório do setor ferroviário; vi) ponderou quanto à possibilidade de uso de recursos para a preservação do patrimônio ferroviário; vii) registrou as ações do Ministério da Infraestrutura quanto à elaboração de políticas públicas para o transporte ferroviário de passageiros; viii) identificou boas práticas no setor, citando o Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais; ix) sugeriu a elaboração de um guia orientativo para viabilização de trens turísticos no Brasil; e x) sinalizou para o potencial de novas oportunidades de negócios, por meio do [Portal de Investimentos do Ministério do Turismo](#).

Também foi criado, no âmbito do Fórum de Mobilidade e Conectividade Turística, o GT de Pontos de Apoio ao Viajante (PAVs) e Caravanismo, a fim de realizar pesquisas e estudos com vistas ao desenvolvimento de PAVs e ao fomento do caravanismo no Brasil, bem como pautas relacionadas ao corredor bioceânico.

Ademais, ainda em relação ao GT de Pontos de Apoio ao Viajante (PAVs) e Caravanismo, o trabalho contou com a participação de servidores do Ministério do Turismo e com o apoio de diversos colaboradores do próprio órgão e de outras instituições públicas e privadas. Além disso, as reuniões e

debates orientados contaram com a participação de gestores públicos, técnicos, especialistas e representantes do poder público, da sociedade civil e da iniciativa privada para prestar informações e colaborar com as atividades.

A partir dessa dinâmica, buscou-se consolidar as diversas informações e iniciativas associadas ao turismo rodoviário, com ênfase nos Pontos de Apoio ao Viajante e no Caravanismo, de forma a nivelar conhecimentos e a organizar assuntos e subsídios para estruturação de ações por parte do Ministério do Turismo para o desenvolvimento e o fortalecimento desta pauta no País. Foi elaborado um [relatório diagnóstico](#) cujo objetivo é a estruturação do caravanismo e campismo no país, identificando entraves para o desenvolvimento, além de apresentar para discussão temas como tributação, legislações, desenvolvimento econômico local, além do mapeamento de pontos turísticos que possuem áreas de apoio a estes viajantes.

O referido GT trouxe como sugestão de encaminhamento que o Ministério das Relações Exteriores, com o apoio do Ministério do Turismo, inicie as tratativas para a criação de Grupo Técnico Internacional do Corredor Bioceânico.

Quanto ao GT de Turismo pelas Águas, o destaque fica por conta do conhecimento acumulado e dos subsídios de informações gerados ao longo da vigência, conforme [relatório](#) publicado no sítio eletrônico do Fórum MOB-Tur, proporcionando as bases necessárias para as ações anunciadas pelo MTur, no dia 8 de março de 2022, na Cerimônia de Entregas para o

Desenvolvimento do Turismo Náutico Brasileiro, realizada por esse Ministério, com a participação de atletas consagrados do esporte náutico, empresas do segmento, Marinha do Brasil, gestores públicos, Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), Senado Federal, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Economia (ME), Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e Presidência da República.

Na ocasião, foram apresentadas aos presentes - e por meio de transmissão ao vivo - as principais entregas voltadas para o turismo em águas, sendo as seguintes:

i) Curso de condutor de turismo náutico, em parceria com a Marinha; ii) Reconhecimento da profissão de condutor de turismo náutico (MTur/MTPS); iii) Alíquota zero para a importação de veleiros (MTur/ME); iv) Alíquota zero para a importação de barcos e jet-skis novos e usados; v) Imposto sobre Importação de barcos/jet-skis usados (MTur/ME); vi) Termo de Execução Descentralizada para o desenvolvimento de infraestruturas de turismo náutico no Brasil (MTur/SNAIC e UFSC/LabTrans); vii) Portal sobre Turismo Náutico no Brasil; e viii) Linha de financiamento da Caixa Econômica Federal voltada para infraestrutura náutica e equipamentos.

Além dessas entregas, os resultados do GT têm colaborado com as seguintes iniciativas que estão em curso: i) Revisão da Política Marítima Nacional (PMN); ii) Apoio nas estruturas e instalações de apoio náutico; iii) Medidas de permissão e facilitação para a

prática de turismo náutico de esporte e recreio; iv) Centros de visitação subaquáticos; e v) Turismo Náutico de Cruzeiros.

Ademais, foi instituído, por meio da [Resolução nº 17, de 21 de dezembro de 2022](#), no âmbito do Fórum de Mobilidade e Conectividade Turística, o GT Mobilidade Ativa: Ciclo turismo e Trilhas de Longo Curso, de caráter consultivo e propositivo, que terá entre seus objetivos o levantamento, análise e compilação de estudos, pesquisas, iniciativas e boas práticas voltados ao desenvolvimento e à melhoria da infraestrutura e das condições de deslocamento – abarcando o acesso aos atrativos e a circulação entre atrativos e serviços turísticos existentes em um dado destino turístico – de pedestres e ciclistas. Além disso, prevê a proposição de projetos técnicos e encaminhamentos ao Fórum MOB-Tur, com vistas ao aprofundamento dos debates promovidos no âmbito do GT.

Essas ações e atividades têm aderência ao objetivo “Aprimorar o ordenamento turístico e cultural”.

Turismo em Águas

Destaca-se que o desenvolvimento do Turismo Náutico foi impactado por duas ações muito relevantes: a) eliminação dos impostos de importação de veleiros e jet-skis, bem como a autorização para importação de veleiros e jet-skis usados; e b) o reconhecimento da atividade de condutor de turismo náutico como profissão por parte do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

O MTur iniciou também um projeto de fortalecimento do turismo náutico no país, no qual oito municípios brasileiros serão selecionados como projetos piloto e receberão do Ministério do Turismo anteprojetos de infraestrutura de apoio náutico para a construção de rampas, píeres e marinas no país. Dos oito, sete municípios já foram selecionados, são eles: Fernando de Noronha/PE, Natal/RN, Foz do Iguaçu/PR, Peruíbe/SP, Novo Airão/AM, Corumbá/MS e São Lourenço do Sul/RS. O oitavo município que receberá a ação está sendo selecionado dentro do diagnóstico do setor de turismo náutico no país. Os sete municípios selecionados já receberam as primeiras visitas técnicas de representantes do Ministério do Turismo e do Laboratório de Transporte e Logística (LabTrans) da Universidade Federal de Santa Catarina.

A referida ação faz parte do escopo de trabalho Termo de Execução Descentralizada - [TED nº 003/2021](#), no valor de R\$ 2.780.300,00 (dois milhões, setecentos e oitenta mil e trezentos reais) visando a elaboração de estudos e projetos voltados à melhoria da infraestrutura do turismo náutico no Brasil.

Tem aderência aos objetivos: “Fomentar o turismo em natureza”.

Programa de Regionalização do Turismo e Mapa do Turismo

O Programa de Regionalização do Turismo - PRT trabalha a convergência e a interação de todas as ações desempenhadas

pelo MTur com estados, regiões e municípios brasileiros. Seu objetivo principal é o de apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no País.

Dentre as ações específicas, o Programa dispõe de ferramentas que orientam a atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento das políticas públicas.

O Mapa do Turismo oferece informações sobre a categorização dos municípios brasileiros, bem como dados referentes à atividade turística dos municípios e das regiões turísticas, que servem de subsídio para a tomada de decisão de gestores públicos e privados do setor. Além disso, os resultados e o cadastramento estão disponíveis no sítio eletrônico www.mapa.turismo.gov.br e no [Sistema de Informações do Mapa do Turismo Brasileiro - SISMAPA](#), lançado em 02 fevereiro de 2022, e sua divulgação em 28/03/2022 em uma Cerimônia realizada no MTur.

Com intuito de orientar, da melhor forma, todos os gestores, esta Pasta Ministerial lançou, ainda, o [vídeo do Mapa do Turismo Brasileiro](#), que retrata os critérios e a metodologia para o processo; e o vídeo contendo o passo a passo para o devido [cadastro no SISMAPA](#). Duas entregas importantes para os gestores de todo o País que atuam na implementação da Política Pública de Turismo, por meio da Regionalização do Turismo.

No 1º semestre de 2022, foi lançado o [vídeo da Categorização dos Municípios](#) pertencentes ao Mapa do Turismo Brasileiro, cujo objetivo é identificar o desempenho da economia do setor

nos municípios, instrumento utilizado como estratégia de implementação do Programa de Regionalização do Turismo, que permite tomar decisões mais acertadas e implementar políticas que respeitem as peculiaridades dos municípios brasileiros.

No 2º semestre de 2022 ocorreu o 1º Seminário Nacional do PRT+Integrado, em 22 e 23 de novembro, com a participação de aproximadamente 185 gestores regionais de turismo para discutir e aproximar as políticas públicas, bem como o lançamento da Consulta Pública sobre o [e-book “Alinhamento Estratégico do Programa de Regionalização do Turismo”](#), contendo o novo ciclo - diretrizes do programa para promover o avanço e a transformação efetiva da regionalização, atrelada a uma política pública de sucesso, com foco na inclusão, na disseminação do conhecimento, em iniciativas produtivas e descentralização efetiva da gestão do turismo e da dinamicidade do setor.

Por fim, foram realizadas reuniões virtuais, por meio da ação “PRT + Integrado”, cujo objetivo é a troca de experiências e conhecimentos, intercâmbio e inovação e o aprimoramento da comunicação entre o MTur e representantes das Unidades de Federação, que resultou em [111 atendimentos](#) às Regiões Turísticas e representantes das Instâncias de Governanças Regionais.

As Instâncias de Governanças Regionais são colegiados organizados no âmbito das regiões turísticas, congregando representações do poder público, privado e da sociedade civil

organizada, tem a finalidade de constituir e integrar uma rede de gestão descentralizada e compartilhada para pensar estrategicamente em ações para o desenvolvimento do turismo de uma região turística.

Outra meta importante e entregue pela área estratégica para o desenvolvimento turístico, foi a “[Cartilha do Plano Diretor Orientado ao Turismo](#)”, instrumento básico de auxílio à gestão pública, para instruir gestores municipais de mais de 5 mil municípios, por conter princípios, diretrizes e componentes que devem orientar a atuação na base territorial de todos os agentes públicos e privados envolvidos nas atividades turísticas. Adicionalmente, o lançamento do vídeo institucional da Cartilha, instruindo o passo a passo para elaboração do Plano, disponível no sítio eletrônico www.regionalizacao.turismo.gov.br. Além dessas entregas, também foram concluídos 06 planos territoriais que darão sinergia e permitirão os investimentos federais nos territórios, disponível para consulta em www.regionalizacao.turismo.gov.br. Esse processo realiza um conjunto de atividades que visam apoiar a elaboração e execução de planos de desenvolvimento do turismo, no âmbito regional, municipal e estadual, com o objetivo de promover a estruturação dos destinos turísticos, de modo a ampliar a competitividade dos destinos nacionais, melhorar a capacidade de gestão da atividade turística, promover a criação de emprego e renda, em especial para as populações locais, a fim de assegurar o desenvolvimento sustentável e integrado do turismo.

Tem aderência ao objetivo “Aprimorar o ordenamento turístico e cultural”.

Perspectivas para o próximo exercício

Até o final de 2023, pretende-se estabelecer parcerias para promoção do Brasil como destino de investimentos em Turismo, estreitando o relacionamento com os demais países latino-americanos e com outras instituições, além de cumprir agenda de eventos *online*, nacionais e internacionais.

A adesão a um Banco de Dados e Comunidades de Investimentos também é prevista, resultando em ampliação da rede de contatos com o setor empresarial e com investidores.

As entregas previstas para 2023 para o turismo em águas é o afundamento de dois carros combate e de um helicóptero, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, para a criação de recife artificial na Barra da Tijuca.

Quanto ao acesso ao crédito do Fundo Geral de Turismo, destinado ao setor turístico, espera-se um significativo aumento pela procura da linha Fungetur, com a geração de negócios e manutenção dos empregos, tendo em vista as medidas adotadas para a retomada do setor de turismo.